



GUERRA SEM QUARTEL

Carlos Garcia, Presidente da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária.

Correio da Manhã, 03 de Agosto de 2014

Na sequência de uma reunião com os sindicatos, o MAI anunciou que o pessoal policial e militar não iria perder salário com a próxima revisão dos suplementos remuneratórios.

Depois de excepcionar a PSP e a GNR da aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o MAI, com mais esta garantia, deixa claro com objetividade e sem frouxidão que entende que as funções policiais têm especificidades e exigências que não se coadunam com as regras gerais da Função Pública, nem podem ser equiparadas às demais carreiras do Estado.

Anunciou ainda a abertura de vagas para centenas de novos recrutamentos, bem como promoções, tudo isto enquanto discute já a revisão do estatuto profissional do pessoal dessas corporações.

Do lado da Justiça: Nada! A Senhora Ministra refugia-se num silêncio insuportável que já é lesivo da dignidade dos investigadores e da própria PJ.

Entretanto, a PJ tem estado debaixo de um fogo oportunista e traiçoeiro e ninguém reage. Nem Ministra, nem Diretor Nacional da PJ. Aliás, a PJ está sem visão de futuro.

Na ASFIC resta-nos preparar os associados para uma "guerra sem quartel"...